

FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO DE CURSOS EAD

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
Escola	Escola Nacional da Magistratura (ENM) Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)
Diretor	Caetano Levi Lopes
Endereço	SHS Quadra 6, conjunto A, Bloco A, Complexo Brasil 21, Asa Sul Brasília/DF CEP: 70316-102
Telefone	61 3322-7520
Endereço eletrônico	secretaria@enm.org.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Curso	Cultura de inovação, transformação digital e tecnologia aplicada ao direito.
Natureza	Formação continuada para fins de promoção.
Coordenação Pedagógica	Juiz Ângelo Bianco Vettorazzi CPF: 434.618.913-04
Modalidade	Modalidade à distância
Carga Horária	20 horas
Público-alvo	Magistrados Associados à AMB
Número de Vagas	40 vagas
Período de Inscrição	10 de fevereiro a 20 de julho de 2021
Período de Realização	Dias 02/08/2021 a 08/09/2021
Local/Plataforma	EAD – Escola Nacional da Magistratura

DETALHAMENTO DO PROJETO	
Justificativa	Vivendo em plena 4ª Revolução Industrial, organizações públicas e privadas do mundo inteiro precisam capacitar seu pessoal para a necessária adaptação num mundo cada vez mais conectado e em exponencial mudança, numa velocidade jamais vista na História. Para tanto, sem dúvida o primeiro passo é promover uma verdadeira “alfabetização digital”, de modo que as pessoas que integram a organização, de variadas idades e gerações, possam adquirir e nivelar conhecimento digital, passando a ter maior entendimento sobre os novos temas que estão relacionados à tecnologia. Assim, poderão ampliar seus horizontes, compreendendo as possibilidades que o mundo cibernético pode proporcionar - incluindo soluções inovadoras para aplicação prática no cotidiano forense. Afinal, promover a transformação digital, para além de dar conhecimento sobre as novas tecnologias, é muito mais uma questão de mudança de cultura organizacional. Contudo, é preciso disseminar a cultura da inovação em todos os setores, entre seus magistrados e servidores, tanto na área-fim como na área-meio, para construir seu processo de transformação digital e mantê-lo em

	constante evolução. Afinal, desde o setor de licitações, passando por muitos outros como contas, logística, atendimento ao público, comunicação interna e externa, capacitação, arquivo, armazenamento e depósito de bens; chegando à própria atividade-fim de dizer o direito em despachos e sentenças, absolutamente todos os setores podem ganhar produtividade, agilidade e economia por meio da inovação. Particularmente no que se refere à atividade-fim, num cenário de judicialização crescente e diante de taxas de congestionamento de processos que permanecem significativas, a tecnologia pode ser parte importante da solução. Nesse contexto, para falar sobre assuntos tão novos, ligados às ciências exatas, e muito distantes da formação em ciências humanas dos magistrados, o presente curso se baseia numa abordagem <i>“talking tech for non-techies”</i>, demonstrando em uma linguagem facilitada e totalmente aplicada ao Direito que o conhecimento tecnológico está ao alcance de qualquer magistrado que dedique tempo e esforço para aprender.
Objetivo Geral	Promover uma verdadeira alfabetização digital e disseminar a cultura da inovação, para inserir os magistrados no processo de transformação digital, deixando-os a par das tendências tecnológicas atuais e suas inúmeras possibilidades de aplicação, de modo a capacitar os magistrados para que se percebam como parte essencial do processo de inovação, preparando-os para que possam participar ativamente da construção de soluções – seguindo a tendência mundial de concepção de espaços criativos e colaborativos, onde integrantes da instituição poderão trocar conhecimento e desenvolver ideias num ambiente catalisador e propício para que a inovação ocorra.
Ementa do curso	O que é a 4ª Revolução Industrial. <i>Data-driven economy</i>. <i>Gig economy</i>. Economia de Compartilhamento, Economia Colaborativa, Economia Criativa. O poder exponencial da tecnologia. Teoria da Cauda Longa e suas 3 forças principais. Os 6 "Ds" do crescimento exponencial. Impactos das novas tecnologias e novas demandas levadas ao Poder Judiciário. Divisões geracionais. Imigrantes e nativos digitais. Internet no Brasil, acesso à infraestrutura e formas de uso das tecnologias de informação e comunicação pela população brasileira. Análise dos indicadores da Pesquisa TIC Domicílios. Cortes Online ou Tribunais Digitais: a pandemia como aceleração forçada da transformação digital e da cultura da inovação. O Juízo 100% Digital e seus desafios diante da exclusão digital no Brasil. <i>Lawtechs</i> e <i>Legaltechs</i> brasileiras. As soluções tecnológicas que já estão sendo aplicadas no meio jurídico, nas áreas de conteúdo jurídico, educação e consultoria; automação e gestão de documentos; monitoramento e extração de dados públicos; redes de profissionais; gestão de escritórios e departamentos jurídicos; <i>analytics</i> e jurimetria; resolução de conflitos online, <i>compliance</i>; Inteligência Artificial - setor público; faça você mesmo; <i>Real State Tech</i>; <i>RegTech</i>; <i>Civic Tech</i>; <i>Tax Tech</i>; <i>GovTech</i>. Possíveis cenários pós-crise pandêmica,

	modificações nas relações sociais e de trabalho, situação da economia: encontrando caminhos ao revisitar momentos históricos, analisar pesquisas e observar a situação atual de outros países. <i>Big Data. Business Intelligence</i>. “Capitalismo de Vigilância” e proteção de dados. “Eu quantificado” (<i>quantified self</i>). Invasão e vazamento de dados (<i>hacking</i>). <i>Deep web</i>. Mídias sociais. Pós-verdade, <i>fake news</i> e <i>deepfake</i>. Comunicação do Poder Judiciário na era digital, desconstrução de <i>fake news</i>, gerenciamento de crise de imagem, uso de ferramentas de marketing digital e marketing de conteúdo. Uso da tecnologia <i>Blockchain</i> para registro de provas digitais. Inteligência Artificial. Conceitos essenciais. Algoritmos. Redes neurais artificiais. Árvores de decisão (<i>decision trees, random forests</i>). Aprendizado de máquinas (<i>machine learning</i>). Aprendizado profundo (<i>deep learning</i>). Mineração de dados (<i>data mining</i>). Robôs (<i>bots</i> e <i>chatbots</i>). Ruído e vieses (<i>noise</i> e <i>bias</i>). Projetos de Inteligência Artificial nos tribunais brasileiros. Ética e Inteligência Artificial. Os desafios do controle da Inteligência Artificial pelo juiz. <i>Wicked problems</i>. Políticas públicas. <i>Design thinking</i>. Design organizacional aplicado ao Poder Judiciário. <i>Soft skills</i> e metodologias ágeis. Como os magistrados e servidores podem colaborar na criação e implementação de novas soluções tecnológicas nos tribunais – técnicas e ferramentas. Principais resoluções do CNJ sobre tecnologia e inovação. Política de Gestão da Inovação no Poder Judiciário. Rede de Inovação do Poder Judiciário (Renovajud). Integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda ONU 2030. Laboratórios de Inovação e Centros de Inteligência dos tribunais.
--	---

PROGRAMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CURSO

Na plataforma da Escola Nacional da Magistratura serão disponibilizadas as aulas síncronas dos professores, datas das mesmas e o material didático complementar (composto por textos, casos concretos, vídeos e links para páginas na internet).

A título de método ativo, os cursistas serão integrados aos fóruns de discussão do sistema à distância, onde encontrarão conteúdo e atividades planejadas, assim como ferramentas ativas para a complementação da carga horária, **atendendo ao mínimo de 40% da carga horária do curso, em consonância com o art. 9º, inciso III da Instrução Normativa nº. 1/2017 da ENFAM.**

Período do curso:

Dias 02, 09, 16, 23 e 30 de agosto de 2021 (todas as segundas-feiras do mês de agosto, das 18h às 20h acontecerão as aulas síncronas) O Curso inicia dia 02/08/2021 e encerra com a certificação dia 08/09/2021.

Ambientação:

Apresentação das temáticas a serem abordadas no curso, disponibilização dos materiais, tutoriais para que os alunos possam se apropriar das ferramentas disponibilizadas na plataforma, incentivo para apresentação no fórum específico, de modo que ocorram as primeiras interações entre docente e discentes.

Procedimentos:

Boas-vindas;
 Informações gerais;
 Guia da plataforma;
 Manual do aluno;
 Netiqueta;
 Matriz pedagógica do curso;
 Mural de avisos;
 Fórum de apresentação.

Atuação e responsabilidade do tutor:

Cabe ao tutor acompanhar as atividades dos discentes, motivar, orientar, mediar debates, esclarecer dúvidas, dar feedback, avaliar as atividades realizadas de acordo com a proposta metodológica e proporcionar ao magistrado aluno, condições para uma aprendizagem autônoma. O tutor é o responsável pelo bom andamento das atividades, assumindo a missão de articulação no ensino-aprendizagem, promovendo e facilitando o aprendizado, além de resolver os problemas que possam surgir no decorrer do percurso do processo de ensino, procurando desenvolver formas de aperfeiçoamento e levando os discentes a constantes reflexões. Assim, potencializando e orientando os alunos a terem autonomia, levando-os ao crescimento intelectual para tomar decisões diante de situações problemas que possam vir a existir.

Atuação e responsabilidade dos alunos:

Cabe aos alunos magistrados, participar das aulas síncronas, participar dos fóruns de discussão interagindo com os demais discentes e/ou seu tutor, realizar no mínimo 75% das atividades solicitadas, contribuir com as atividades em grupo, ler os materiais disponibilizados na plataforma e realizar as avaliações propostas, tanto individual como coletiva.

MÓDULO 1

Data	02/08/2021 a 08/08/2021 Ambientação e aula síncrona dia 02/08 das 18h às 20h.
Tema	A 4ª Revolução Industrial, a pandemia de Covid-19 como aceleração forçada da transformação digital do Poder Judiciário, os desafios do Juízo 100% Digital e possíveis cenários pós-pandemia.
Docente	Juíza Eunice Maria Batista Prado – CPF 881.301.265-91
Tutora	Juíza Eunice Maria Batista Prado – CPF 881.301.265-91
Conteúdo Programático	O que é a 4ª Revolução Industrial. <i>Data-driven economy. Gig economy.</i> Economia de Compartilhamento, Economia Colaborativa, Economia Criativa. O poder exponencial da tecnologia. Teoria da Cauda Longa e suas 3 forças principais. Os 6 “Ds” do crescimento exponencial. Impactos das novas tecnologias e novas demandas levadas ao Poder Judiciário. Divisões geracionais. Imigrantes e nativos digitais. Internet no Brasil, acesso à infraestrutura e formas de uso das tecnologias de informação e comunicação pela população brasileira. Análise dos indicadores da

	Pesquisa TIC Domicílios. Cortes Online ou Tribunais Digitais: a pandemia como aceleração forçada da transformação digital e da cultura da inovação. O Juízo 100% Digital e seus desafios diante da exclusão digital no Brasil. <i>Lawtechs</i> e <i>Legaltechs</i> brasileiras. As soluções tecnológicas que já estão sendo aplicadas no meio jurídico, nas áreas de conteúdo jurídico, educação e consultoria; automação e gestão de documentos; monitoramento e extração de dados públicos; redes de profissionais; gestão de escritórios e departamentos jurídicos; <i>analytics</i> e jurimetria; resolução de conflitos online, <i>compliance</i>; inteligência artificial - setor público; faça você mesmo; <i>Real State Tech</i>; <i>RegTech</i>; <i>Civic Tech</i>; <i>Tax Tech</i>; <i>GovTech</i>. Possíveis cenários pós-crise pandêmica, modificações nas relações sociais e de trabalho, situação da economia: encontrando caminhos ao revisitar momentos históricos, analisar pesquisas e observar a situação atual de outros países.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS (MÓDULO 1):	Compreender os conceitos essenciais sobre tecnologia. Compreender o significado da 4ª Revolução Industrial e da Nova Economia. Conhecer as diferenças entre as gerações de pessoas e como esse fator impacta nas organizações. Refletir sobre a cultura das organizações no Poder Judiciário. Entender a infraestrutura de tecnologia no Brasil, os desafios da exclusão digital e seus reflexos para o Juízo 100% Digital. Conhecer o ecossistema de startups jurídicas brasileiras.
Metodologia / Metodologias ativas	Aula expositiva dialogada, síncrona, com uso de <i>storytelling</i>, slides digitais ilustrados com esquemas, gráficos e imagens, além de vídeos. É preciso ter em vista que o tema do curso é por si só inovador, e muitas vezes de difícil compreensão, ou abstrata percepção, razão pela qual será necessário lançar mão de variados recursos audiovisuais para despertar curiosidade, capturar a atenção, reforçar a informação, potencializar a explanação. Também serão apresentados casos reais e hipotéticos para estudo, diálogo, debate e reflexão; bem como diferentes perspectivas para análise de temas, com a finalidade de estimular o pensamento crítico a respeito deles. Ao procurar enriquecer o conteúdo por meio de casos reais em que a interface Direito/Tecnologia se fez presente, serão estimulados debates a respeito dos grandes dilemas jurídicos que a tecnologia vem proporcionando, e para os quais países do mundo inteiro buscam respostas. Além disso, ao demonstrar como as soluções tecnológicas são construídas para as mais diversas aplicações, inclusive jurídicas, serão dadas as bases para que os cursistas percebam que também está a seu alcance colaborar para criação e uso de soluções próprias e sob medida ante problemas de seu cotidiano forense, seja qual for a área de atuação.

	Objetivando a fixação do conteúdo apresentado, a participação ativa dos cursistas e também para fins de verificação da aprendizagem, será aplicada a técnica Phillips 66. Serão formados grupos de discussão a respeito dos seguintes temas relacionados aos desafios para o Juízo 100% Digital: “Acesso à Justiça e exclusão digital”; “Teletrabalho durante a pandemia e no cenário pós-pandêmico”; “(Re)organização de equipes e espaços físicos nas unidades jurisdicionais”; “Percepção quanto à comunicação em geral, ao balcão virtual e ao atendimento ao público”; “Necessidades atuais de capacitação de equipes”. Como atividade complementar, serão colocadas questões para reflexão no fórum de discussão, a partir de material selecionado sobre os temas abordados na atividade realizada na aula síncrona com a técnica Phillips 66, para aprofundamento do debate. • Aula síncrona dia 02/08/2021 às 18h (tempo: 2h) METODOLOGIA ATIVA Atuação nos fóruns de discussão; Incentivo ao Estudo na produção da resposta à questão formativa; Reflexão coletiva sobre o tema do módulo; Debate de casos práticos; Diálogo virtual dos discentes com a formadora; *Leitura de materiais complementares. (1h)
Avaliação de aprendizagem	O processo avaliativo deste módulo envolverá a participação do cursista nos grupos temáticos de discussão. Deverão ser consolidadas por escrito as principais percepções e conclusões de cada grupo, elegendo-se um relator para apresentá-las à plenária (plataforma) virtual.
Carga horária	4h (sendo 2h de aula online síncrona e 2h para as atividades de leitura de textos e visualização de documentários/vídeos selecionados, relacionados à temática do módulo, incluindo a interatividade por meio dos debates e diálogos em ambiente virtual).
Bibliografia	ANDERSON, Chris. A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. DIAMANDIS, Peter H. <i>et al.</i> Abundância: o futuro é melhor do que você imagina. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2019. FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho (Coord.) <i>et al.</i> Tecnologia jurídica & direito digital: II Congresso Internacional de Direito, Governo e Tecnologia - 2018 - Belo Horizonte: Fórum, 2018. FEIGELSON, Bruno <i>et al.</i> Direito das startups. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. GABRIEL, Martha. Você, eu e os robôs: pequeno manual do mundo digital. São Paulo: Atlas, 2019.

	HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2016. SLEE, Tom. Uberização. A nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2018.
--	--

MÓDULO 2	
Data	09/08/2021 a 15/08/2021 Aula síncrona dia 09/08 das 18h às 20h.
Tema	<i>Big Data, Business Intelligence</i> , proteção de dados, mídias sociais e a comunicação do Poder Judiciário na era digital.
Docente	Juíza Eunice Maria Batista Prado – CPF 881.301.265-91
Tutora	Juíza Eunice Maria Batista Prado – CPF 881.301.265-91
Conteúdo Programático	<i>Big Data. Business Intelligence.</i> “Capitalismo de Vigilância” e proteção de dados. “Eu quantificado” (<i>quantified self</i>). Invasão e vazamento de dados (<i>hacking</i>). <i>Deep web</i> . Mídias sociais. Pós-verdade, <i>fake news</i> e <i>deepfake</i> . Comunicação do Poder Judiciário na era digital, desconstrução de <i>fake news</i> , gerenciamento de crise de imagem, uso de ferramentas de marketing digital e marketing de conteúdo. Uso da tecnologia <i>Blockchain</i> para registro de provas digitais.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (MÓDULO 2)	Refletir sobre o fluxo massivo de informações, seu armazenamento, proteção e riscos em caso de vazamento e manipulação; Entender a necessidade cada vez maior de investir em cibersegurança; Compreender a importância de Business Intelligence para a gestão orientada a dados; Entender como o Poder Judiciário está se comunicando na era digital e como está gerenciando crises de imagem; Conhecer a tecnologia Blockchain e seu uso no registro de provas digitais;
Metodologia/ Metodologia ativa	Aula síncrona expositiva com recursos visuais. Formação de grupos de cursistas para estudo de casos selecionados, com posterior apresentação do caso e das conclusões de cada grupo à plenária. Atuação no fórum de discussão a partir da provocação de questões.

	• Aula síncrona dia 09/08/2021 às 18h (tempo: 2h) METODOLOGIA ATIVA: Estudo de Caso, Fórum de discussão, Simulações, Debates, Oficinas e demais estratégias de ensino para a prática do discente. *Leitura de materiais complementares. (1h)
Avaliação de aprendizagem	A avaliação deste módulo será verificada pela participação dos cursistas nos debates durante o estudo dos casos examinados na aula síncrona, complementada pela pesquisa de jurisprudência relacionada ao tema de cada caso, bem como pela atuação no fórum de discussão.
Carga horária	4h (sendo 2h de aula online síncrona e 2h para as atividades de leitura de textos e visualização de documentários/vídeos selecionados, relacionados à temática do módulo, incluindo a interatividade por meio dos debates e diálogos em ambiente virtual).
Bibliografia	KOTLER. Philip. Marketing 4.0. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. REZ, Rafael. Marketing de conteúdo: a moeda do século XXI. São Paulo: DVS Editora, 2016. ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

MÓDULO 3	
Data	16/08/2021 a 19/08/2021 Aula síncrona dia 16/08/2021 das 18h às 20h.
Tema	Inteligência Artificial: conceitos essenciais, panorama de aplicação nos tribunais brasileiros e considerações éticas.
Docente	Juíza Eunice Maria Batista Prado – CPF 881.301.265-91
Tutora	Juíza Eunice Maria Batista Prado – CPF 881.301.265-91
Conteúdo Programático	Inteligência Artificial. Conceitos essenciais. Algoritmos. Redes neurais artificiais. Árvores de decisão (<i>decision trees</i> , <i>random forests</i>). Aprendizado de máquinas (<i>machine learning</i>). Aprendizado profundo (<i>deep learning</i>). Mineração de dados (<i>data mining</i>). Robôs (<i>bots</i> e <i>chatbots</i>). Ruído e vieses (<i>noise</i> e <i>bias</i>). Projetos de Inteligência

	Artificial nos tribunais brasileiros. Ética e Inteligência Artificial. Os desafios do controle da Inteligência Artificial pelo juiz.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (MÓDULO 3)	Conhecer os conceitos essenciais a respeito da Inteligência Artificial; Compreender de que maneira a IA está sendo aplicada nos tribunais brasileiros; Conhecer os pontos principais sobre a Resolução CNJ nº 332/2020, a respeito da ética, transparência e governança no uso da Inteligência Artificial pelo Poder Judiciário; Entender a dimensão dos desafios do controle ético da IA pelos magistrados e possíveis soluções.
Metodologia / Metodologia ativa	Aula síncrona expositiva com recursos visuais. Formação de grupos de cursistas para estudo de casos selecionados, com posterior apresentação do caso e das conclusões de cada grupo à plenária. Atuação no fórum de discussão a partir da provocação de questões. *Aula síncrona dia 16/08/2021 às 18h (tempo: 2h) METODOLOGIA ATIVA: Debate sobre o tema em questão; Fórum de discussão; Estudo de caso. * Leitura de materiais complementares. (1h)
Avaliação de aprendizagem	A avaliação deste módulo será verificada pela participação dos cursistas nos debates durante o estudo dos casos examinados na aula síncrona, bem como pela atuação no fórum de discussão.
Carga horária	4h (sendo 2h de aula online síncrona e 2h para as atividades de leitura de textos e visualização de documentários/vídeos selecionados, relacionados à temática do módulo, incluindo a interatividade por meio dos debates e diálogos em ambiente virtual).
Bibliografia	ALBART, Silvia Díaz. Derecho español contemporáneo - robots y responsabilidade civil. Madri: Reus Editorial, 2018.

	ALVES, Isabella Fonseca (Orgs.). Inteligência artificial e processo. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2020. BOEING, Daniel Henrique A., ROSA, Alexandre Moraes da. Ensinando um robô a julgar: pragmática, discricionariedade, heurísticas e vieses no uso de aprendizado de máquina no judiciário. Florianópolis: Emais Academia, 2020. LAGE, Fernanda de Carvalho. Manual de inteligência artificial no direito brasileiro. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.
--	---

MÓDULO 4	
Data	20/08/2021 a 26/08/2021 Aula síncrona dia 23/08 das 18h às 20h.
Tema	<i>Wicked problems</i> , políticas públicas, <i>legal design thinking</i> e (re)design organizacional aplicado ao Poder Judiciário brasileiro.
Docente	Juíza Eunice Maria Batista Prado – CPF 881.301.265-91
Tutora	Juíza Eunice Maria Batista Prado – CPF 881.301.265-91
Conteúdo Programático	<i>Wicked problems</i> . Políticas públicas. <i>Design thinking</i> . <i>Legal design thinking</i> . Design organizacional aplicado ao Poder Judiciário. <i>Soft skills</i> e metodologias ágeis. Como os magistrados e servidores podem colaborar na criação e implementação de inovações e soluções tecnológicas nos tribunais – técnicas e ferramentas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (MÓDULO 4)	Compreender os métodos contemporâneos de formulação de políticas públicas. Conhecer quais são as principais habilidades necessárias para o (re)desenho organizacional e criação colaborativa de soluções para problemas enfrentados no cotidiano forense, nas diversas áreas de atuação; Compreender a importância de desenvolver e disseminar uma cultura de inovação no Poder Judiciário; Compreender as estratégias para a transformação digital de organizações jurídicas; Realizar atividade de ideação de soluções concretas por meio da técnica de <i>legal design thinking</i>.
Metodologia /	

Metodologia ativa	Aula expositiva dialogada, de forma síncrona e com recursos visuais, seguida da formação de grupos de até 5 (cinco) cursistas para colocar em prática os conceitos aprendidos, utilizando o Miro (plataforma de quadro colaborativo online). Atividade colaborativa de definição de problemas vivenciados no cotidiano forense, com identificação dos <i>stakeholders</i>, a partir da experiência dos próprios cursistas em suas diferentes áreas de trabalho; e de ideação de possíveis soluções para os problemas definidos, tudo mediante emprego da técnica de <i>legal design thinking</i>, ficando a cargo da docente fazer a síntese, apontando os pontos fortes e as limitações do trabalho realizado por cada grupo. • Aula síncrona dia 23/08/2021 às 18h (tempo: 2h) METODOLOGIA ATIVA: Atuação nos fóruns de discussão; Incentivo ao Estudo na produção da resposta à questão formativa; Reflexão coletiva sobre o conteúdo do módulo 4; Debate de casos práticos; Diálogo virtual dos discentes com a formadora; *Leitura de materiais complementares. (1h)
Avaliação de aprendizagem	A partir da definição de situação-problema, com identificação dos <i>stakeholders</i> e ideação de possíveis soluções, na atividade colaborativa de cada grupo em sala de aula, os cursistas serão orientados a colher, individualmente, junto a pessoas do universo de suas respectivas unidades jurisdicionais, a opinião/percepção positiva ou negativa dos potenciais usuários ou das partes interessadas potencialmente atingíveis pelas soluções idealizadas. O objetivo desse método de avaliação é fazer o cursista perceber a importância da UX – <i>user experience</i>, e da necessidade de centrar no ser humano o foco da criação das soluções.
Carga horária	4h (sendo 2h de aula online síncrona, incluindo a atividade colaborativa em grupo, e 2h para as atividades de pesquisa de campo, leitura de textos e visualização de documentários/vídeos selecionados, relacionados à temática do módulo, incluindo a interatividade por meio dos debates e diálogos em ambiente virtual).
Bibliografia	BERNAL, Daniel; HAGAN, Margaret. Redesigning Justice Innovation: a standardized methodology. Stanford Journal of Civil Rights & Civil Liberties, vol. 16, n. 2, p. 335-384, 2020. CAVALCANTE, Pedro (Org.). Inovação e Políticas Públicas: superando o mito da ideia. Brasília: Ipea, 2019. CROWLEY, Kate; HEAD, Brian W. The enduring challenge of 'wicked problems': revisiting Rittel and Webber. Policy Sciences, v. 50, n. 4, p. 539-547, 2017.

	RAINEY, Hal G. Understanding and managing public organizations – 5th Edition. San Francisco: Jossey-Bass, 2014. RITTEL, H.; WEBBER, M. Dilemmas in a general theory of planning. <i>Policy Sciences</i> 4, p. 155-169, 1973.
--	--

MÓDULO 5	
Data	27/08/2021 a 31/08/2021 Aula síncrona dia 30/08 das 18h às 20h.
Tema	Rede de Inovação do Poder Judiciário, Laboratórios de Inovação e Centros de Inteligência dos tribunais brasileiros.
Docente	Eunice Maria Batista Prado – CPF 881.301.265-91
Tutora	Eunice Maria Batista Prado – CPF 881.301.265-91
Conteúdo Programático	Principais resoluções do CNJ sobre tecnologia e inovação. Política de Gestão da Inovação no Poder Judiciário. Rede de Inovação do Poder Judiciário (Renovajud). Integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda ONU 2030. Laboratórios de Inovação e Centros de Inteligência dos tribunais.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (MÓDULO 5)	Conhecer o histórico, a evolução e a estrutura de atuação colaborativa em rede; Entender o papel dos laboratórios de inovação e dos centros de inteligência, bem como suas variadas formas de atuação; Compreender de que maneira se podem integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 ao movimento de inovação no Poder Judiciário brasileiro; Entender que qualquer magistrado(a) pode participar desse movimento e dar sua contribuição para a cocriação de soluções inovadoras perante problemas reais do sistema de Justiça.
Metodologia / Metodologia ativa	Aula expositiva dialogada, de forma síncrona e com recursos visuais, seguida de (GVxGO) da retomada de formação dos grupos de cursistas conforme atuaram no Módulo 4, para continuação da atividade colaborativa na plataforma Miro, agora agregando os conhecimentos adquiridos neste Módulo 5.

	• Aula síncrona dia 30/08/2021 às 18h (tempo: 2h) METODOLOGIA ATIVA: Fóruns de discussão; Estudo de caso; Reflexão coletiva sobre o curso; Debate de casos práticos; Diálogo virtual dos discentes com os formadores. *Leitura de materiais complementares. (1h)
Avaliação de aprendizagem	Os cursistas deverão agregar, a seus projetos em grupo, o resultado obtido em suas pesquisas individuais de campo quanto à percepção dos potenciais usuários (realizadas conforme as orientações que receberam no Módulo 4), passando a debater e refletir sobre a possível necessidade de redefinição da situação-problema ou da solução idealizada. Dada a limitação temporal do curso, somente será possível chegar até essa etapa de ideação. Assim, após a decisão de cada grupo sobre qual será a sua entrega final nessa última aula, ou seja, sua(s) ideia(s) de solução, os cursistas terão o prazo de 5 (cinco) dias para agregar a sua(s) proposta(s) uma breve fundamentação jurídica sobre o tema que escolheram. Caberá à docente reunir todo o material produzido e apresentá-lo ao AMB Lab (Laboratório de Inovação e Inteligência da AMB), a fim de que analise o potencial de execução e a viabilidade das propostas, dando os encaminhamentos necessários, inclusive podendo convidar os cursistas para, se quiserem, continuarem as etapas seguintes de prototipação e testes no AMB Lab.
Carga horária	4h (sendo 2h de aula online síncrona e 2h para as atividades de leitura de textos e visualização de documentários/vídeos selecionados, relacionados à temática do módulo, incluindo a interatividade por meio dos debates e diálogos em ambiente virtual, e a redação da fundamentação jurídica para os projetos).
Bibliografia	GREGORIO, Álvaro <i>et al.</i> Inovação no Judiciário: conceito, criação e práticas do primeiro laboratório de inovação do Poder Judiciário. São Paulo: Blucher, 2019. NEVES JÚNIOR, Paulo Cezar. Judiciário 5.0: inovação, governança, usucentrismo, sustentabilidade e segurança jurídica. São Paulo: Blucher, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CURSO

A proposta metodológica da ENM está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões.

A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução Nº 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade de a formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.

Ambientação: Todo o material estará disponível na plataforma EAD da Escola Nacional da Magistratura, no endereço <https://escoladamagistratura.amb.com.br/enfam>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha.

Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação:

- ⇒ Boas-vindas;
- ⇒ Informações gerais;
- ⇒ Guia da plataforma;
- ⇒ Manual do aluno;
- ⇒ Netiqueta;
- ⇒ Matriz pedagógica do curso;
- ⇒ Mural de avisos;
- ⇒ Fórum de apresentação.

Os canais de suporte ao cursista também estarão lá informados, postada, aumentando a interatividade entre as partes e a velocidade de resposta pelo tutor. Através da dinâmica do fórum, será possível a realização de uma avaliação integral e constante dos alunos, em que o professor verificará tanto o conhecimento inicial dos discentes sobre o assunto quanto o grau de aprofundamento atingido nos temas, podendo até mesmo criar material de ensino complementar a aula gravada. Todo o material estará disponível na plataforma EAD da ENM, no endereço <https://escoladamagistratura.amb.com.br/enfam>

O momento inicial do curso será o de ambientação do magistrado, período no qual ele irá interagir com o tutor e os demais alunos inscritos para a apresentação de sua formação, experiência e, principalmente suas expectativas em relação ao curso. O curso será em parte expositivo, com o emprego do método de problematização em que serão analisados, sob o prisma jurídico, acontecimentos relacionados ao tema da aula. Na parte do fórum de discussão, será possível tornar a aula mais dinâmica e interativa, com a apresentação de casos concretos, realização de debates e o estudo de casos, partindo de um fato jurídico complexo e relevante. O fórum, portanto, é um instrumento indispensável para suprir eventuais questionamentos decorrentes da aula online. Como metodologias ativas serão utilizadas variadas ferramentas ao longo do curso,

conforme descritas na programação dos módulos. A aferição da participação dos cursistas se dará pela visualização das aulas, pelo acesso ao material complementar e pelas discussões nos fóruns provocadas pela intervenção do tutor, após a disponibilização de cada módulo. Nos chats do fórum o cursista sempre será chamado a formular perguntas, respostas e debater questões controvertidas.

Módulos de aprendizagem:

MÓDULO 1: A 4ª Revolução Industrial, a pandemia de Covid-19 como aceleração forçada da transformação digital do Poder Judiciário, os desafios do Juízo 100% Digital e possíveis cenários pós-pandemia.

MÓDULO 2: *Big Data, Business Intelligence*, proteção de dados, mídias sociais e a comunicação do Poder Judiciário na era digital.

MÓDULO 3: Inteligência Artificial: conceitos essenciais, panorama de aplicação nos tribunais brasileiros e considerações éticas.

MÓDULO 4: *Wicked problems*, políticas públicas, *legal design thinking* e (re)design organizacional aplicado ao Poder Judiciário brasileiro.

MÓDULO 5: Rede de Inovação do Poder Judiciário, Laboratórios de Inovação e Centros de Inteligência dos tribunais brasileiros.

Avaliação: Será qualitativa por meio de:

- Fóruns de discussão formativa;
- Fóruns de estudo de caso;
- Atividades de *legal design thinking* com apresentação de propostas de soluções juridicamente fundamentadas e com foco no usuário (avaliação final).

DA AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO CURSO

“Aluno”:

- A avaliação individual se dará por meio da apresentação, no prazo de 5 (cinco) dias após a última aula, de fundamentação jurídica sobre o tema da solução idealizada em grupo após as atividades de *legal design thinking* (tarefa final);
- A avaliação coletiva será realizada a partir da participação dos alunos nas discussões e debates durante as aulas, sobretudo nas atividades de *legal design thinking*, sendo avaliadas as participações nos fóruns de discussão formativa, fóruns de estudo de caso respectivos aos módulos, frequência de no mínimo 75% nas aulas síncronas caracterizando-se, assim, a avaliação contínua do curso;

Observação:

- Após o término do curso, o facilitador de aprendizagem ficará responsável pelo fechamento do diário eletrônico e informações necessárias para a certificação dos concluintes;

- Receberão certificado de conclusão os alunos que entregarem no mínimo 75% das atividades propostas e obtiverem frequência igual e/ou superior a 75%.

“Curso”:

- Avaliação de Reação: a avaliação de reação ocorrerá ao final do curso com objetivo de avaliar a estrutura curricular, o professor responsável, o professor facilitador de aprendizagem e a metodologia aplicada;

Será disponibilizado formulário online aos discentes do curso com o intuito de verificar a satisfação do participante da ação de formação quanto ao desenvolvimento da ação, ao desempenho dos formadores e ao ambiente de ensino.

Certificação (06/09/2021 A 08/09/2021)

O certificado de conclusão será disponibilizado aos discentes que obtiverem frequência igual e/ou superior a 75% de participação e estiverem realizado no mínimo 75% das atividades propostas.

COORDENADORES / FORMADORES / TUTORES

Coordenador:

Ângelo Bianco Vettorazzi

CPF: 434.618.913-04

Mini-curriculo: Diretor do Laboratório de Inovação e Inteligência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB Lab), diretor vice-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM) e vice-presidente da Associação Cearense de Magistrados.

Possui MBA em Direito: Gestão Pública, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza. Iniciou no exercício da Magistratura em 2001. Formador credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e é coordenador-geral da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec).

Tutora:

Eunice Maria Batista Prado

CPF nº 881.301.265-91

Mini Currículo: Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, titular da 4ª Vara Cível de Olinda. Pós-graduada em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil. Mestranda em Direito e Poder Judiciário pela ENFAM. Membro do Grupo de Pesquisa “Justiça Digital: Inovações Disruptivas e Inteligência Artificial no Direito” da ENFAM. Professora de Tecnologia Aplicada ao Direito na ESMAPE – Escola Judicial do TJPE. Membro do Conselho de Inovação do AMBLab – Laboratório de Inovação e Inteligência da Associação dos Magistrados Brasileiros. Diretora de Comunicação e Tecnologia da AMEPE – Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco. Membro da Diretoria AMB Mulheres – Região Nordeste. Integrou o Grupo de Trabalho “Ética e Inteligência Artificial”, criado pela Portaria CNJ nº 197/2019, que elaborou os estudos e propostas que resultaram na Resolução CNJ nº 332/2020.

Formadora:

Eunice Maria Batista Prado

CPF nº 881.301.265-91

Mini Currículo: Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, titular da 4ª Vara Cível de Olinda. Pós-graduada em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil. Mestranda em Direito e Poder Judiciário pela ENFAM. Membro do Grupo de Pesquisa “Justiça Digital: Inovações Disruptivas e Inteligência Artificial no Direito” da ENFAM. Professora de Tecnologia Aplicada ao

Direito na ESMAPE – Escola Judicial do TJPE. Membro do Conselho de Inovação do AMBLab – Laboratório de Inovação e Inteligência da Associação dos Magistrados Brasileiros. Diretora de Comunicação e Tecnologia da AMEPE – Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco. Membro da Diretoria AMB Mulheres – Região Nordeste. Integrou o Grupo de Trabalho “Ética e Inteligência Artificial”, criado pela Portaria CNJ nº 197/2019, que elaborou os estudos e propostas que resultaram na Resolução CNJ nº 332/2020.

Assinaturas:

Desembargador Caetano Lopes Levi.

CPF: 064.135.366-91

Diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM).

Drº Ângelo Bianco Vettorazzi

CPF: 434.618.313-04

Coordenador Pedagógico do curso.



Eunice Maria Batista Prado

CPF 881.301.265-91

Tutora e Formadora do curso.